



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA – DRENAGEM – CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS - BAIRRO PINHEIROS, CENTRO E ALTO DA TENDA – APIAÍ/SP, ABRANGENDO A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS, A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CANALIZAÇÃO, A IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURAS HIDRÁULICAS ASSOCIADAS, A RECOMPOSIÇÃO URBANA E AMBIENTAL, BEM COMO A EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR NECESSÁRIA AO PLENO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE MACRODRENAGEM.

1. INTRODUÇÃO:

As condições precárias dos diferentes córregos urbanos em dois bairros da cidade de Apiaí-SP, aliados a dois bueiros sub-dimensionados que passam sob a linha férrea, vem causando danos e preocupações ao município visto que toda drenagem fluvial e pluvial dessas duas bacias (Pinheiros, Centro e Alto da Tenda) são obrigatoriamente drenadas para os citados bueiros acima por meio de galerias sub-dimensionadas e leitos de córregos com erosão, dentro de áreas urbanas sem o tratamento necessário para otimizar vazões dimensionadas por meio de estudos hidrológicos e cálculos hidráulicos. Essa situação tem se agravado por aumento considerável de chuvas que podem proporcionar grandes cheias nos bairros citados visto que os mesmos estão bem abaixo do greide da ferrovia, o que pode cobrir mais de 100% dos bairros deixando uma população de aproximadamente 6.000 pessoas sob as águas. Isto tem colocado a população desses bairros em total insegurança em especial por ocasião de fortes chuvas, proporcionando até exclusão social se comparado com população de outros bairros, afetando ainda a saúde psicológica da população quando vive à mercê do pior. Assim sendo, as obras de engenharia em questão visam assegurar aos munícipes do Bairro Pinheiros e Alto da Tenda da cidade de Apiaí uma melhor qualidade de vida, proporcionando segurança e bem



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

estar social.

Considerando a complexidade técnica das intervenções de macrodrenagem urbana, a necessidade de compatibilização entre estudos hidrológicos, hidráulicos, geotécnicos, ambientais e urbanísticos, bem como a elevada interferência com infraestrutura existente e terceiros, optou-se pelo regime de contratação integrada, nos termos dos arts. 18 e 46 da Lei nº 14.133/2021, de modo a concentrar em um único contratado a responsabilidade pelo desenvolvimento do projeto executivo, pela gestão dos riscos técnicos e pela execução das obras, assegurando maior eficiência, redução de conflitos de interface e melhor controle de desempenho.

2. JUSTIFICATIVA:

Essas obras de Drenagens justificam-se com a ação da realização de canalização dos córregos das bacias em questão com a reformulação de novos bueiros compatíveis às necessidades hidrológicas e seus respectivos cálculos hidráulicos, proporcionando conforto aos moradores, fazendo as águas fluviais e pluviais fluírem de maneira segura sem interrupções em seus fluxos, e ainda, permitindo trabalhos constantes de manutenção na limpeza por parte do poder público, garantindo melhorias indiretas ao meio ambiente, visto a recuperação de margens com gramas, arbustos e praças que melhoram o visual do bairro e consequentemente a qualidade de vida da população.

3. OBJETO BASE DO PROJETO:

Serviços de engenharia para execução de **INFRAESTRUTURA URBANA – DRENAGENS – CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS NOS BAIRROS PINHEIROS, ALTO DA TENDA E CENTRO – APIAÍ/SP.**

Termo de Compromisso MCIDADES n.º 968229/2024 e Operação n.º 1098076-38, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Apiaí com a finalidade de canalização dos Córregos Maria Clara e Fundão (Centro e Bairro Santa Bárbara e dos Córregos da Rua Carlos Ollig, Rua Amazonas e Travessa da Maria Bileski (Bairro Pinheiros) –



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

Município de Apiaí-SP.

4. COMPOSIÇÃO GERAL DO OBJETO:

Faz parte integrante do objeto geral e que auxiliam na composição dos elementos do objeto a ser contratado, os seguintes documentos anexados:

01. Termo de Referência (Este Documento),
02. Estudo Técnico Preliminar,
03. Plano de Sustentabilidade do Objeto,
04. Levantamento Topográfico das Bacias,
05. Mapa Cadastral das Bacias,
06. Autorizações para acesso em propriedades particulares,
07. Estudo Hidrológico – Córrego Maria Clara,
08. Cálculo Hidráulico – Córrego Maria Clara,
09. Ante-Projeto – Paramétrico,
10. Memorial Descritivo,
11. Memorial de Cálculo Orçamentário,
12. Orçamento Parametrizado,
13. Formatação Básica do BDI,
14. Cronograma Físico-Financeiro,
15. Planilha Parametrizada de Quantitativos de Serviços para Orçamento,
16. Cronograma Físico,
17. Matriz de Riscos,
18. Relatório Fotográfico,
19. Mapa Geral de Localização,
20. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do Engenheiro autor do Anteprojeto, sua Parametrização Orçamentária e Fiscalização das Obras. Forma e Apresentação da Proposta.

Os Anteprojetos anexos estabelecem os parâmetros técnicos mínimos obrigatórios de concepção hidráulica, traçado geral, área de intervenção, condicionantes ambientais



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

e interfaces com infraestrutura existente, sendo admitidas soluções técnicas alternativas apenas quando tecnicamente justificadas, mantidos os níveis mínimos de desempenho, segurança e durabilidade definidos neste Termo de Referência.

5. DEFINIÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

A modalidade de Licitação para a execução da referida obra será considerada como OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA com execução indireta cuja regime de contratação será por **CONTRATAÇÃO INTEGRADA**, conforme Subseção II, artigos 45 e 46 da Lei 14.133 de 2021, referente a LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

6. METODOLOGIA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

A licitação do presente objeto obedecerá à Metodologia de “MENOR PREÇO TOTAL”, sob a forma de regime com execução indireta com “CONTRATAÇÃO INTEGRADA” conforme Item “V” do Art. 46 da Lei 14.133/21.

Independentemente do critério de julgamento adotado, as propostas deverão atender integralmente aos parâmetros técnicos mínimos definidos neste Termo de Referência, sendo desclassificadas aquelas que apresentem soluções subdimensionadas ou incompatíveis com os níveis de desempenho exigidos.

A contratação integrada será adotada com base em anteprojeto de engenharia, estudos técnicos preliminares e matriz de riscos específicos, os quais definem os parâmetros mínimos de desempenho, qualidade, durabilidade e segurança das obras, conforme exigido pelo art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

A Matriz de Riscos integra este Termo de Referência como instrumento vinculante, devendo suas disposições prevalecer sobre cláusulas genéricas em caso de conflito, nos termos do art. 103 da Lei nº 14.133/2021.

Riscos decorrentes de atos ou omissões do Poder Público, de terceiros, de concessionárias ou de órgãos licenciadores deverão ser alocados à Contratante, assegurada a recomposição de prazos e do equilíbrio econômico financeiro quando



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

tais riscos se materializarem.

Devem ser incluídos riscos relacionados a eventos climáticos extremos, condições geotécnicas imprevistas, interferências não cadastradas e alterações normativas supervenientes, com definição clara de alocação, mitigação e efeitos contratuais.

7. EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

01. Serviços Preliminares:

A CONTRATADA deverá providenciar todos os serviços referentes aos Serviços Preliminares, incluindo material e mão de obra, pertinentes ao Fornecimento e Instalação de Placa de Obra sendo uma para cada Bacia em questão. Também será de sua obrigação a Mobilização e Instalação de Canteiro com sua operação e manutenção, bem como todos os serviços relativos às sondagens. Lembrando sempre que esses serviços são direcionados para as duas bacias distintas.

02. Projetos:

A CONTRATADA deverá apresentar todos os projetos, agora executivos, para aprovação da prefeitura dentro do prazo máximo de cinco meses, quando, então, deverá estar aprovado. Este prazo se inicia na Ordem de Serviço e deverá cumprir o cronograma Físico ora apresentado.

Os projetos deverão observar, no mínimo, os parâmetros técnicos definidos no Anteprojeto de Engenharia anexo, no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, especialmente quanto à concepção hidráulica, traçado geral, seções mínimas, critérios de dimensionamento, padrões de desempenho, durabilidade e interfaces com infraestrutura existente, não sendo admitidas soluções que reduzam o nível de serviço ou a vida útil do sistema.

Os projetos deverão ser claros e objetivos com ênfase para:

- a) Elaboração de estudos preliminares que se fizerem necessários para o Projeto Executivo de Engenharia com memoriais, orçamento, estudos, licenças e autorizações de forma satisfatória à total execução do Empreendimento com nível máximo de detalhamento possível para todas as suas etapas. Caberá,



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

ainda, a realização do projeto final (“as built”) de forma que fique efetivamente cadastrado após a implantação das obras. Lembrando que o pagamento por parte do poder público para este “as built” já está incluso no EVENTO PROJETO e a Contratada não poderá pleitear outros honorários (pagamentos) para sua execução.

- b) O Projeto Executivo deverá ainda estar acompanhado de estudos relativos a elementos Geométricos, eventuais obras de arte (se for o caso), terraplenagem, componentes ambientais, titularidade das áreas e eventuais desapropriações, bem como obras complementares (necessárias à demolição e recomposição ou adaptação de elementos nas áreas de influencias do sistema projetado). Incluirá também levantamentos de quantidades, memórias de cálculos, especificações de serviços, cronogramas com planos de execução do empreendimento e suas etapas para a implantação dos serviços.

Para a elaboração dos Projetos Executivos deverão ser levados em consideração a composição dos elementos abaixo pontuados:

- Elementos Técnicos e demais documentos fornecidos no Anteprojeto de Engenharia disponibilizados na Licitação;
- O projeto deverá observar, no que couber, as orientações contidas no documento “Manual para Apresentação de propostas para o Sistema de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais” do “Programa 2218 – Gestão de Risco e Desastres” do MINISTÉRIO DAS CIDADES;
- Leis e regulamentos nas esferas Municipais, Estadual e Federal, que tratam sobre o objeto desse contrato, bem como Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- O Projeto Executivo deve abordar eventuais remanejamentos necessários de redes de distribuição de água, esgoto, energia elétrica e iluminação pública, em conformidade com os normativos das respectivas concessionárias destes sistemas, ainda que sua execução possa vir a ser pelas respectivas concessionárias;
- Licenças e autorizações de meio ambiente CETESB;
- Licenças e Outorgas do DAEE;



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

- Autorização da Empresa RUMO,
- Autorização para realização dos serviços relativos a canalização, dentro de áreas particulares de terceiros;
- Confirmação da Titularidade de todas as áreas onde será aplicado o recurso público;
- O Projeto Executivo a ser apresentado, deve abordar, no que couber, os elementos e o atendimento aos requisitos de Acessibilidade Universal, nos espaços públicos, estabelecidos pela Lei 10.098/2000 e NBR 9050/2020-2021;
- O Projeto Executivo também deverá abordar e seguir os parâmetros ditados pelo documento intitulado por Plano de Manejo de Águas Pluviais das Bacias de Pinheiros e Alto da Tenda emitido pela Secretaria do Meio Ambiente e Obras do Município;

- ART e/ou RRT abrangendo todas as atividades tratadas no Projeto Executivo;

Fica observado que os dados e levantamentos fornecidos no anteprojeto de engenharia não eximem o proponente da necessidade de realização de novos levantamentos, atualizações de licenças e estudos necessários para a composição do Projeto Executivo (topográficos, geológicos, hidrológicos, etc...,

Buscando a boa prática de sustentabilidade e em consonância com a política de digitalização de documentos públicos a apresentação dos trabalhos relativos ao Projeto Executivo., deverão:

- Conter os estudos e o projeto de cada fase e a versão final do Projeto Executivo, bem como Projeto de “As Built”, serão entregues na forma física e digital na extensão DWG, EXCECEL e PDF, salvo possíveis solicitações em contrário feitas pela Gestão Municipal desse contrato;
- Volumes impressos em duas vias ou na forma digital de todos os projetos, inclusive “As Built”;

Os estudos e o projeto de cada fase do Empreendimento serão analisados pela Gestão Municipal, destacada pelo Exetutivo, para o acompanhamento do contrato, sendo incorporadas ao projeto Executivo somente após a aceitação/aprovação formal por parte da Prefeitura.

Qualquer mudança de solução, tais como, substituição de um determinado método



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

construtivo ou alterações de dimensões fora das tolerâncias do anteprojeto, deverão ser formalmente submetidos e acompanhados de subsídios técnicos para possível aprovação da Prefeitura.

Os serviços poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nesse Termo de Referência (TR), devendo ser corrigidos, refeitos e/ou substituídos no prazo fixado pela Gestão da Prefeitura sempre às custas da Contratada.

A aceitação do projeto Executivo, por parte da Gestão Municipal desse contrato, não exclui a responsabilidade da Contratada, em qualquer época, das garantias e responsabilidades assumidas por força das disposições legais vigentes.

Os projetos executivos deverão atender, no mínimo, às normas ABNT aplicáveis à drenagem urbana e obras hidráulicas, incluindo, entre outras, a NBR 10844 (Drenagem Urbana), NBR 15614 (Canais de concreto), NBR 9647 (Instalações subterrâneas), bem como aos parâmetros de projeto definidos no anteprojeto, considerando tempo de retorno mínimo de 100 anos para eventos de cheia, velocidades admissíveis, critérios de controle de erosão e assoreamento, e vida útil mínima de 50 anos.

03. Obras:

A CONTRATADA deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços sinalizados e isolados do público, com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa. Nas ruas e avenidas de acesso aos serviços e obras não deverá ser interrompido o trânsito local em sua totalidade, em especial nos canais que cruzam essas ruas e/ou avenidas. Em caso extremos, havendo necessidade de bloqueios temporários, deverá haver negociação com a prefeitura e aviso à comunidade local. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais de consumo, bem como todos aqueles necessários à completa e efetiva execução total da obra proposta. Manter o Diário de Registro de Obra devidamente atualizado. Usar material normatizado e de boa qualidade para a realização dos serviços. Os serviços deverão seguir na íntegra os memoriais descritivos e seus projetos após devidamente aprovados pela CONTRATANTE. É obrigação da CONTRATADA manter os seus



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

funcionários com os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC durante todo o período de trabalho, em especial uniformizados e identificados. Recolher Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao CREA/SP, referente a todos os serviços de engenharia. Promover as devidas LICENÇAS AMBIENTAIS, para execução dos serviços e/ou providenciar processos DESAPROPRIATÓRIOS, se necessário, até a consumação final do Poder Público (Contratante). Todo o entulho retirado do local, bem como excesso de material ou solo 'deverão ser removidos imediatamente até bota-foras licenciado pela contratada, bem como área destinadas a jazida para importação de solo, devendo os locais serem mantidos rigorosamente limpos. Os locais onde serão realizados as obras e os serviços deverão ser entregues limpos e em perfeitas condições, e mantidos rigorosamente limpos durante sua execução, sem material excedente, pronto para o uso público. Também é obrigação da CONTRATADA o transporte, por sua conta e risco, de todos os materiais, equipamentos, entulhos, vegetação, gramas, etc...., ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes, seja ocorrido no local da obra ou a caminho desta, ou ainda a caminho do “bota-fora” ou jazida, ou nele próprio. A CONTRATADA deverá substituir, reparar ou refazer prontamente o bem, inclusive nas áreas particulares ou terrenos de terceiros, caso durante a execução de alguma etapa da obra eles venham a ser danificados, sem quaisquer ônus para o município. Os locais onde serão realizados os serviços deverão ser entregues limpos, sem material excedente, pronto para o uso público e, ainda, mantido limpos durante sua execução.

As licenças, autorizações e anuências de terceiros deverão observar a Matriz de Riscos anexa, cabendo à Contratante a responsabilidade pelos riscos relacionados a atrasos ou indeferimentos decorrentes de atos do Poder Público ou de terceiros, assegurado o reequilíbrio econômico financeiro e a prorrogação de prazos quando aplicável.

As obras deverão contemplar a implantação de canais de drenagem abertos e/ou fechados, conforme definido no projeto executivo, observados os parâmetros mínimos do anteprojeto, incluindo seções hidráulicas compatíveis com as vazões de projeto, revestimento estrutural em concreto armado ou solução equivalente, dispositivos de



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

dissipação de energia, proteção contra erosão, acessos para manutenção e sistemas de microdrenagem associados.

A CONTRATADA deverá apresentar, para aprovação da fiscalização, Plano Executivo de Obras contendo metodologia construtiva, plano de desvio provisório de águas, cronograma físico detalhado, plano de gestão de interferências, plano de segurança do trabalho e medidas de mitigação de impactos urbanos, cuja aprovação será condição para início das frentes de serviço.

A aceitação das obras estará condicionada à realização de inspeções e/ou ensaios, incluindo, quando aplicável, verificação geométrica, controle tecnológico de materiais, inspeção visual de fissuras, recalques e acabamento, conforme critérios objetivos definidos em checklist de aceitação a ser aprovado previamente pela fiscalização.

04. Serviços Complementares:

No último trimestre do Cronograma Físico a CONTRATADA deverá realizar a Desmobilização da Instalação dos Canteiros nas duas bacias, deixando a área totalmente limpa e isenta de qualquer material, máquina ou restos de obras. Só após este serviço e com a devida aprovação da Prefeitura, as obras poderão ser consideradas aptas ao recebimento provisório/definitivo.

A infraestrutura complementar deverá contemplar, no mínimo, a recomposição do sistema viário e de calçadas conforme padrões municipais, a implantação ou adequação da microdrenagem urbana, o paisagismo com espécies compatíveis com a legislação ambiental e o plano de manejo das águas pluviais, bem como a sinalização e acessibilidade universal.

8. PRAZO PARA INÍCIO E ENTREGA DOS SERVIÇOS:

O prazo estipulado para execução e entrega da presente obra será de 36 (trinta e seis) meses, conforme Cronograma de Físico-Financeiro apresentado. O prazo para início da execução da obra deve ser até 10 (dez) dias úteis após a Ordem de Início de Serviço, que será emitida pelo engenheiro responsável pela fiscalização das mesmas.



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

O prazo total de 36 (trinta e seis) meses será subdividido em:

- a) até 6 meses para elaboração e aprovação dos projetos executivos;
- b) até 33 meses para execução das obras;
- c) até 36 meses para testes, aceitação final e desmobilização.

O descumprimento injustificado de cada marco caracterizará atraso contratual específico.

9. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O prazo de vigência do contrato será de 36 (**trinta e seis**) meses, a contar da data da emissão da Ordem de Serviço. Neste prazo está incluso 02 (dois) meses para os serviços preliminares e outros 03 (três) meses para a execução e aprovação dos Projetos Executivos. Salienta-se ainda a existência de outros 28 (vinte e oito) meses para a execução das obras e por fim mais 01 (um) trimestre, ou seja, 03 (três) meses, para a desmobilização/canteiro de obras, somando um total de 36 (trinta e seis) meses ou 12 trimestre para a execução total do pleito. Importante ainda frizar que as duas frentes de trabalho pertinentes às Bacias dos Bairros Pinheiros e Alto da Tenda devam ter cronogramas de execução simultâneos. O prazo contratual estabelecido poderá ser prorrogado dentro da sua vigência, em conformidade com o disposto no Artigo 111 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

10. PRAZO DE GARANTIA E GARANTIA CONTRATUAL:

O empreiteiro que executar a Obra, ficará responsável pela solidez e segurança do trabalho por um período irredutível de 5 (cinco) anos, conforme elencado no artigo 618 do Código Civil. A CONTRATANTE terá 30 (trinta) dias após o aparecimento dos vícios ou defeitos para propor ação contra o empreiteiro, sob pena de decair o seu direito de propor a referida ação, conforme elencado no artigo 618, parágrafo único do Código Civil.

Como condição para o recebimento definitivo, a contratada deverá entregar Plano de Operação e Manutenção do sistema de drenagem, contendo procedimentos de



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

inspeção, limpeza, desassoreamento e conservação, com periodicidade recomendada.

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações, será exigida a prestação de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato. Caso a licitante opte pela modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada até a data da assinatura do contrato. Para as modalidades de caução ou fiança bancária, a garantia deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual. O contrato oferece maior detalhamento das regras aplicáveis à manutenção desta garantia e à fiscalização rigorosa dos serviços, inclusive os eventualmente subcontratados.

11. RECEBIMENTO DEFINITIVO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

Para o recebimento provisório dos serviços contratados, a Contratada deverá solicitar ao Fiscal Técnico do Contrato vistoria e posterior liberação, ficando o recebimento definitivo a cargo do Fiscal designado juntamente com a Secretária Municipal da Obras avalizado pelo Senhor Prefeito Municipal em exercício da Prefeitura Municipal de Apiaí - SP. O recebimento provisório da obra deverá ser feito pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado. O recebimento definitivo deverá ser feito mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em até 90 (noventa) dias, observado o disposto no art. 140 da Lei 14.133/21. O recebimento definitivo ocorrerá depois de sanadas eventuais pendências relacionadas no recebimento provisório.

12. CONDIÇÃO DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO:

O recebimento da obra, após sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto no



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

art. 140 da Lei nº 14.133/21. A limpeza referente aos entulhos oriundos da execução da obra é de obrigação da CONTRATADA. É obrigatória a retirada de entulhos, periodicamente, dos locais de execução da obra. Não será emitido o termo de recebimento provisório da obra, se estas limpezas não estiverem de acordo com as exigências. A obra deverá ser recebida pelo Fiscal Técnico do Contrato da Secretaria Municipal de Obras que é órgão fiscalizador, podendo, portanto, o mesmo solicitar exigências que por ventura não foram cumpridas, pertinentes ao projeto ou ao memorial descritivo da obra.

O objeto desta licitação será recebido:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em até 90 (noventa) dias, observado o disposto no art. 140 da lei 14.133/21.

Será admitida a medição proporcional dos eventos, desde que atingido percentual mínimo de execução previamente definido e verificada a funcionalidade técnica do serviço executado, assegurada a retenção de valores para correção de pendências.

O Fiscal acompanhará a execução das obras e aprovará ou não a Medição Mensal dos mesmos para a posterior emissão da Nota Fiscal e a liberação do pagamento.

No final da Obra a CONTRATADA deverá solicitar possíveis ajustes que ficarão sob o crivo da fiscalização para aprovação ou não mediante a Equalização dos serviços em preços unitários. Para só, então, a obra ficar em condições de recebimento por parte do CONTRATANTE, Prefeitura.

13. INDICAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO ADEQUADO E QUALIFICADO:

Na data da Licitação a CONTRATADA deverá comprovar que possui em seu quadro permanente e constante a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA, engenheiro(s) e demais profissionais detentor(es) de atestado(s), Acervo Técnico e



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

certidão(ões) de responsabilidade técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, conforme Memorial Descritivo anexo. Ou ainda, Acervos Técnicos, emitidos pelo CREA, ou outras entidades profissionais, conforme a especialidade, de profissionais pertencentes ao Quadro Funcional da Empresa, ou desta contratado de forma direta, que para este caso não poderá alterar durante as obras por outro profissional com menor qualificação em seu acervo técnico e que sempre esteja compatível ao objeto da Licitação.

14 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

14.1 Habilitação jurídica:

- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.6 Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.2 Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Será exigido para fins de habilitação o Capital Social mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, a ser comprovado nas formas possíveis existentes, tais como, apresentação de certidão da Jucesp, contrato social, ou outro, desde que, documento oficial, nos termos do §4º do art. 69 da lei de licitações, sob pena de desclassificação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – APRESENTAÇÃO DE BALANÇO E DE CAPITAL SOCIAL MÍNIMO OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira, por meio da apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, é prerrogativa da Administração, fundamentada no Art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A medida visa assegurar, conforme o Art. 62 da mesma lei, que a licitante selecionada possuirá a capacidade econômica indispensável para suportar os encargos da execução do objeto contratual.

O objeto da presente licitação é a execução de obra de engenharia, uma atividade de alta complexidade e que demanda o imediato aporte de capital por parte da contratada. Diferentemente de serviços contínuos, a execução de uma obra exige:

Mobilização Imediata de Recursos: Despesas significativas com a instalação do canteiro de obras, mobilização de maquinário pesado e equipes técnicas especializadas antes mesmo do recebimento de qualquer parcela de pagamento.

Aquisição de Materiais em Larga Escala: A compra de insumos básicos como aço, cimento, agregados e outros materiais específicos ocorre em grandes volumes e representa um desembolso financeiro massivo nas fases iniciais e intermediárias do cronograma.

Gestão de Fluxo de Caixa Complexo: A contratada precisa ter robustez financeira para gerir pagamentos a fornecedores, subcontratados e mão de obra, cujo ciclo financeiro nem sempre coincide com as medições e pagamentos realizados pela Administração.



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

A contratação de uma empresa de engenharia sem a devida e comprovada capacidade financeira representa um risco inaceitável para a Administração, cujas consequências são notoriamente mais graves e onerosas do que em contratos de serviço. Os principais riscos são:

Risco de Paralisação e Abandono da Obra: Este é o risco mais crítico. Uma empresa sem capital de giro ou acesso a crédito não conseguirá adquirir os materiais necessários ou pagar seus funcionários e fornecedores, levando à inevitável paralisação dos trabalhos. O resultado é a criação de um "esqueleto" de obra, um ativo público inacabado que se deteriora com o tempo e gera um enorme transtorno administrativo e social, exigindo um novo e mais caro processo licitatório para sua conclusão.

Risco do Emprego de Materiais de Qualidade Inferior: Na tentativa de aliviar a pressão sobre seu fluxo de caixa, uma empresa financeiramente fragilizada pode ser tentada a cortar custos utilizando materiais de qualidade inferior à especificada em projeto. Tal prática compromete diretamente a segurança estrutural, a durabilidade e a funcionalidade da edificação, gerando vícios construtivos e custos de manutenção e reparo muito superiores a qualquer economia inicial.

Risco de Insolvência e Quebra Contratual: Uma obra pode levar meses ou anos. Uma empresa excessivamente endividada ou sem patrimônio líquido compatível com o porte da obra pode não sobreviver às flutuações do mercado ou a imprevistos, vindo a falir no meio do contrato. Isso resulta em um complexo e demorado processo de rescisão, aplicação de sanções (muitas vezes ineficazes) e a já mencionada necessidade de uma nova licitação.

O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis são os únicos instrumentos capazes de fornecer à comissão de contratação uma visão clara da saúde financeira da licitante. A análise de seus indicadores (Índices de Liquidez, de Endividamento e de Rentabilidade) permite aferir objetivamente se a empresa possui capital próprio, baixo nível de dependência de terceiros e capacidade de gerar caixa para honrar os compromissos de uma empreitada de grande porte.



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

A) DA EXIGÊNCIA DE CAPITAL SOCIAL MÍNIMO OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A exigência de comprovação de capital social subscrito ou patrimônio líquido mínimo, como critério de qualificação econômico-financeira, encontra amparo direto no Art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021. A adoção desta medida é uma faculdade discricionária da Administração, que, no presente caso, se revela uma ferramenta indispensável para a adequada gestão dos riscos inerentes ao objeto contratual.

A natureza da contratação de execução de obra de engenharia, impõe à futura contratada a necessidade de uma robusta capacidade financeira inicial para fazer frente aos custos de mobilização, instalação de canteiro, aquisição de grande volume de materiais, aluguel de equipamentos e pagamento da folha de pagamento inicial, despesas estas que ocorrem muito antes do primeiro faturamento por medição.

A ausência dessa capacidade financeira mínima, aferível por meio de um capital ou patrimônio líquido compatível com o vulto do contrato, eleva drasticamente o risco de uma quebra contratual precoce. Uma empresa sem lastro financeiro pode não suportar os encargos iniciais, levando à paralisação da obra ou à interrupção dos serviços e, no caso de mão de obra dedicada, ao inadimplemento de verbas trabalhistas, o que atrai a responsabilidade subsidiária do Município.

A fixação do percentual em 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, teto estabelecido pela legislação, mostra-se razoável e proporcional à criticidade do objeto. Ressalta-se que a exigência em formato alternativo ("capital social OU patrimônio líquido") garante a isonomia e amplia a competitividade, permitindo que empresas com capital social modesto, mas com patrimônio líquido robusto e, portanto, com saúde financeira comprovada, possam participar do certame.

Logo, as exigências em tela não constituem cláusulas restritivas, mas sim uma medida de prudência e de gestão de riscos, essencial para assegurar que a obra pública seja iniciada, executada e concluída no prazo, com a qualidade esperada e sem gerar



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

passivos ou prejuízos ao erário municipal, em plena conformidade com os princípios da eficiência, do planejamento e da segurança jurídica.

14.3 APTIDÃO E CAPACIDADE TÉCNICA EMPRESARIAL:

Poderão ser credenciados todos as empresas de engenharia na área civil que atendam as necessidades e exigências legais, descritas no edital de licitação. Os proponentes concorrentes devem apresentar documentos que comprovem que a empresa está apta para o seu funcionamento regular, conforme estabelecido em edital. Oportuno salientar ainda que a Empresa Licitante deverá comprovar mediante acervos técnicos relativos ao montante proporcional e legal para a execução dos serviços de: 01. - 240,00 m: BUEIRO METÁLICO SEM INTERRUPÇÃO MDE TRÁFEGO - D=3,00 M - CHAPA COM EPÓXI - ESCAVADO EM MATERIAL DE 1.^a CATEGORIA; 02. - 497,00 m: ADUELA/ GALERIA FECHADA PRE-MOLDADA DE CONCRETO ARMADO, SECAO QUADRANGULAR INTERNA DE 2,50 X 2,50 M (L X A), MISULA DE 20 X 20 CM, C = 1,00 M, ESPESSURA MIN = 15 CM, TB-45 E FCK DO CONCRETO = 30 MPA FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2023; 03. - 5.184,00 m³: MURO DE GABIÃO, ENCHIMENTO COM PEDRA DE MÃO TIPO RACHÃO, DE GRAVIDADE, COM GAIOLAS DE COMPRIMENTO IGUAL A 5 M, PARA MUROS COM ALTURA MENOR OU IGUAL A 4 M - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO. AF_03/2024; 04. - 2.418,00 m³: CONCRETO CICLÓPICO FCK = 15MPA, 30% PEDRA DE MÃO EM VOLUME REAL, INCLUSIVE LANÇAMENTO. AF_05/2021, sempre caracterizados por serviços similares quanto à grandeza e as especificações técnicas.

15TÉCNICO RESPONSÁVEL / FISCAL DE CONTRATO:

A Prefeitura designa como técnico responsável pela aprovação dos Projetos Básicos da Empresa ganhadora do certame licitatório e a fiscalização da execução das obras, o Engenheiro Civil JOSÉ JANUÁRIO TRANNIN, CREA Nº. 070012455-9, servidor Público Municipal efetivo da Prefeitura Municipal de Apiaí – SP, lotado na Secretaria



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

Municipal de Obras. Se necessário, a Prefeitura, por meio de Portarias, designará outros profissionais devidamente habilitados em substituição ou complementação da equipe técnica.

16 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 01.** Fornecer todos os dados e projetos necessários aos trabalho para a correta e completa execução dos serviços em especial os projetos básicos, memoriais descritivos, licenciamentos ambientais e do DAEE, termo de consentimento de serviço por particulares e outras autorizações e especificações que se fizerem necessárias;
- 02.** Prestar serviços de acordo com as exigências do edital e seus anexos;
- 03.** Obedecer aos prazos estipulados e cumprir todas as exigências do cronograma físico financeiro, constante do edital e/ou adequado às novas necessidades financeiras;
- 04.** Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- 05.** Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários que por ventura sejam por ele contratados para a realização dos serviços, bem como será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, comercial e fiscal, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;
- 06.** Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do artigo 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese,



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

empregados da Contratada intentarem reclamações trabalhistas contra a Contratante;

- 07.** Obriga-se pela seleção, treinamento, habilitação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;
- 08.** Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente contrato;
- 09.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes ou danos que aconteçam em função das intervenções desta obra, seja dentro ou fora do canteiro de obras, e que possam afetar seres vivos (pessoas, animais, vegetação) bens móveis ou imóveis, infraestrutura, mobiliário urbano, ou outros elementos, ainda que os itens afetados não estejam vinculados ou seja de pertencimento da CONTRATADA
- 10.** Manter na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente integralmente em todos os seus atos;
- 11.** Apresentar em cada pagamento de cada evento qualificados no Cronograma físico-financeiro, a quitação para com a Seguridade Social (CND), FGTS e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT);
- 12.** Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas;
- 13.** Responsabiliza-se pelo fornecimento de todos os materiais para a execução dos serviços.
- 14.** Apresentar Estudos de impactos socioambientais, que deverão observar, no mínimo, o manual para elaboração de estudos com avaliação de impacto ambiental (CETESB, 2014), e de vizinhança;
- 15.** Apresentar estudos e laudos geotécnicos que assegurem a compatibilidade com o projeto executivo;
- 16.** Responsabilizar-se pelo projeto de escavação e escoramento compatível às necessidades reais da obra;



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

17. Obriga-se a respeitar os padrões mínimos estabelecidos no pré projeto do edital, quanto a metodologia de canalização e sistemas de drenagens;
18. Responsabiliza-se por licenciar e realizar todos os eventos que envolvam supressão de fauna e flora; e
19. Apresentar à contratante antes de iniciar as atividades o Plano de trabalho para execuções dos serviços.
20. Atentar se a matriz de risco elaborada pela contratante afim de implementar ações preventivas e de contingência para mitigação de possíveis danos.

17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

01. Fornecer todos os dados e especificações à completa e correta execução dos serviços, conforme dados e anexos da Licitação;
02. Disponibilizar profissionais para tratativas técnicas, jurídicas e administrativas pertinentes às Obras;
03. Comunicar a Contratada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento;
04. Efetuar os pagamentos no prazo estipulado no contrato;
05. Colocar à disposição da Contratada as informações e meios necessários à realização do objeto do presente contrato;
06. Atestar execução dos serviços desta licitação bem como as notas fiscais de cada medição aprovada;
07. Aplicar à Contratada penalidades, quando for o caso;
08. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;
09. Aprovar os documentos pertinentes a evolução financeira e técnica para andamento da obra.

18 SUBCONTRATAÇÃO

Fica vedada a subcontratação no todo dos serviços contratados, devendo utilizar na



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

obra seus próprios funcionários devidamente registrados em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS. Poderão ser subcontratados alguns serviços desde que sejam submetidos à prévia autorização da Fiscalização da Prefeitura Municipal de Apiaí, homologados pelo Secretário Municipal Obras juntamente com a Prefeito Municipal em exercício da Prefeitura Municipal de Apiaí/SP. É de responsabilidade da empresa quaisquer ônus e serviços executados por terceiros.

19 RESPONSABILIDADE TÉCNICA DOCUMENTAL DA CONTRATADA:

A Empresa Contratada deverá apresentar seu Registro junto ao CREA-SP devidamente atualizado, bem como os registros atualizados dos profissionais que comporão o quadro técnico da obra em questão com todos os acervos e certidões, conforme documentação solicitada em Edital e neste **Termo de Referência** (item 13).

20 VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO PARAMETRIZADO:

O valor financeiro total, segundo a Planilha Orçamentária Parametrizada é de **R\$ 28.628.919,82 (Vinte e Oito Milhões, Seiscentos e Vinte e Oito Mil, Novecentos e Dezenove Reais e Oitenta e Dois Centavos)**, sendo repasse Federal via PAC 01 de **R\$ 23.749.905,00 e Contrapartida de R\$ 4.879.014,82.**

O orçamento estimado é divulgado em razão de seu caráter meramente paramétrico e para ampliar a transparência e previsibilidade aos licitantes, não vinculando a Administração.

21 NATUREZA ORÇAMENTÁRIA:

O valor financeiro total para as obras foi dimensionado conforme detalhes orçamentários parametrizados com base em Tabelas Oficiais, entre elas:

Tabela SINAPI – data da referência técnica: 03/2026 com data de emissão: 10/04/2026 sem desonerado, Boletim 201 da CDHU - com vigência a partir de Fevereiro/2026 sem Desoneração e Tabela SICRO - com vigência a partir de 01/2026



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

sem Desoneração.

22 CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS:

Os pagamentos serão feitos em favor da licitante vencedora, em até 30 (trinta) dias após aprovação da medição que deverá ser solicitada pela Contratada após a conclusão TOTAL de cada FRENTE DE OBRA, conforme Cronograma Físico-Financeiro das Obras. Importante ratificar que os serviços que não incluem obras propriamente ditas também serão medidos por eventos/frentes de obra, conforme o EVENTOGRAMA DE SERVIÇOS e sempre após sua total execução e aprovação por parte da Prefeitura. Estão inclusos nesta natureza os Serviços Preliminares, Projetos, Obras e Serviços Complementares. As MEDIÇÕES deverão contemplar todos os serviços/obras executados após sua total execução, devidamente aprovados pelo engenheiro fiscal da Prefeitura e o responsável por parte da Caixa Econômica Federal que deve realizar as liberações financeiras pertinentes ao evento medido. Conforme os Cronogramas de Eventos teremos 54 Frentes de Obra para a Bacia de Pinheiros e outros 40 Frentes de Obra para a Bacia do Alto da Tenda, somando o total de 94 Frentes de Obra para serem realizadas em 36 (trinta e seis) meses e, portanto, teremos 94 medições. Após a aprovação de cada medição deverá ser emitida a Nota Fiscal correspondente aos serviços medidos e aprovados.

Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Para efeito de pagamento das etapas/eventos de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes da Fazenda Federal, Municipal e Estadual quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

23 Classificação da Obra:



Prefeitura do Município de Apiaí

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

Esta Obra pode ser classificada como Serviços de Engenharia Especial, com aplicação de métodos e técnicas reconhecidas e amplamente dominadas pelos profissionais do setor. No entanto, considerando a possibilidade de adoção de SbN, é importante avaliar a adequação dessas soluções ao contexto local, sem que isso implique necessariamente em métodos executivos ou orçamentos excessivamente individualizados ou complexos. A proposta deve buscar equilíbrio entre inovação, viabilidade técnica e padronização, respeitando as diretrizes de sustentabilidade e a capacidade de execução e manutenção por parte dos entes locais.

Apiaí, 20 de maio de 2026

Sérgio Victor Borges Barbosa
Prefeito Municipal

Luciana Lepinsk
Coordenadora de Convênios

José Roberto Coelho
Sec. Municipal de Obras

José Januário Trannin
Engenheiro da PMA
ART:262025997185

Jayne Estefany F. Travasso
Engenheira da PMA